

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

PROCESSO Nº 3158/91A

Origem: FEDF (715-9)

Int.: RUTH GONÇALVES DE FARIA LOPES

Assuntos: 1) Aposentadoria especial/magistério (1501-7)

2) Revisão de proventos (7375-8)

Ementa: Inativação voluntária no cargo de Professor, com proventos integrais, acrescidos das vantagens previstas nos arts. 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52 e 30 da Lei nº 6.366/76 (atos: fs. 12 e 13). Revisão dos proventos, substituindo a vantagem do art. 184, II, da Lei nº 1.711/52 pela de que trata o art. 2º, § 1º, da Lei nº 6.732/79 (quintos) - atos: fs. 24 e 64/65. Cumprimento de diligência. Instrução propondo nova diligência preliminar, para o fim que indica (fs. 69/71). Parecer do Ministério Público concluindo pela ilegalidade de ambas as concessões, por insuficiência do tempo mínimo exigido de exercício efetivo de magistério (fs. 75/76). Diligência preliminar.

Trata este processo da aposentadoria especial voluntária concedida a RUTH GONÇALVES DE FARIA LOPES, a partir de 22.3.91, no cargo de Professor, Nível 3, Padrão 24F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional, sendo os proventos integrais, acrescidos das vantagens de que tratam os arts. 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52 e 30 da Lei nº 6.366/76, combinado com o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 66/89.

2. O tempo de serviço computado para esta aposentadoria corresponde a 25 anos e 16 dias, completado em 21.3.91 (f. 20), todo ele considerado no exercício de funções de magistério, inclusive o tempo (3 anos e 6 meses) em que a servidora esteve afastada, sem prejuízo dos seus vencimentos, freqüentando curso de “Mestrado em Educação - Administração de Sistemas Educacionais” na Fundação Getúlio Vargas (fs. 7, 7-verso, 42 e 43), e, ainda, os períodos de exercício de funções de confiança no âmbito da FEDF (fs. 3, 27/40 e 48).

3. Integra, também, o presente processo, revisão dos proventos da referida aposentadoria, com efeitos a contar de 4.12.91, substituindo a vantagem prevista no art. 184, II, da Lei nº 1.711/52 pela de que trata o art. 2º, § 1º, da Lei nº 6.732/79 (quintos).

4. Este Tribunal, na sessão de 1º.8.95, houve por bem determinar

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

diligência preliminar, para que a FEDF adotasse as medidas indicadas às fs. 53 e 54. Em cumprimento, a citada entidade fez juntar aos autos os documentos vistos às fs. 60/67.

5. A 4ª ICE, na instrução de fs. 69/71, considerando insatisfatório o atendimento da aludida decisão, porque parcial, manifesta-se por nova diligência preliminar, para complementação das providências solicitadas às fs. 53 e 54, mediante a apuração e conseqüente ressarcimento das quantias indevidamente pagas à inativa, a título de “quintos”, durante o período de 1º.5.91 a 3.12.91, bem como para esclarecer se a interessada deu, ou não, atendimento ao compromisso de prestar seus serviços à FEDF pelo período correspondente ao tempo de seu afastamento, a contar do término do curso de mestrado referido.

6. Discordando da instrução, o Ministério Público, no parecer de fs. 75 e 76, entendendo que o tempo em que a servidora esteve freqüentando o citado curso ou, ainda, exercendo funções de confiança, não pode ser computado para a aposentadoria especial, visto que não caracteriza efetivo exercício de magistério, conclui pela ilegalidade dos atos concessórios em exame, por insuficiência do tempo mínimo exigido para a inativação.

**PROPOSTA DE DECISÃO**

7. Este Tribunal, na sessão de 27.8.96, ao apreciar o Processo nº 3.069/96, houve por bem:

“a) rever a decisão tomada no Proc. nº 5.019/92 e, perfilando-se à interpretação do STF, firmar o entendimento de que a aposentadoria especial do art. 40, III, alínea “b”,

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

da CF, é restrito a professor, ocupante de cargo de provimento efetivo, e com a exclusiva contagem de tempo de exercício em sala de aula;

b) resguardar as situações constituídas até 11.07.96, data da Decisão nº 6085/96 que suspendeu, **ad cautelam**, a orientação tomada no Processo nº 5.019/92, em se tratando de mudança de critério interpretativo (Súmula 105-TCU)”.

8. A concessão em exame data de antes de 11.7.96, não se aplicando, assim, o rigor da nova orientação da Corte sobre a matéria.

9. O curso freqüentado pela servidora, sem prejuízo de sua remuneração, tem, a meu juízo, fins pedagógicos. Os afastamentos dessa natureza são considerados de efetivo exercício do cargo, equivalentes a outros, como férias e licença-prêmio por assiduidade, a que o docente servidor público faz jus.

10. Esta Corte, ao apreciar caso semelhante, na sessão de 10.9.96 (Processo nº 5015/92), decidiu considerar legal a aposentadoria especial, contando-se tempo de freqüência a curso de “Mestrado em Educação Especial”, na Universidade Federal de São Carlos-SP.

11. Sobre as funções de confiança exercidas pela servidora, verifico que todas elas são integrantes da estrutura orgânica da Diretoria Geral de Pedagogia, sendo, por conseguinte, diretamente ligadas à atividade-fim da FEDF. Portanto, os períodos de exercício das funções de que se trata estão abrangidos pela orientação anterior deste Tribunal, constante do Processo nº 5.019/92, citado.

12. Desse modo, considero válida a contagem do tempo inerente ao mencionado curso, bem como o exercício das citadas funções de confiança, para a aposentadoria especial em questão.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

13. No tocante à diligência proposta pela instrução, com a qual concordo, entendo necessário acrescentar às medidas indicadas, a elaboração de demonstrativo dos proventos decorrente dos atos iniciais da aposentadoria (fs. 12 e 13), observando-se o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, visto que o anteriormente feito (f. 16) veio de ser anulado, conforme dizeres nele apostos, por carimbo.

Assim, acompanhando a instrução, com o adendo acima, e dissentindo, com as vênias de estilo, do parecer do douto Ministério Público, proponho ao eg. Tribunal que determine a baixa deste processo em nova diligência preliminar, a fim de que a Fundação Educacional, no prazo de 60 (sessenta) dias:

a) providencie, conforme decisão de f. 57, a apuração e o respectivo ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, da quantia indevidamente paga à inativa, a título de adicional da Lei nº 6.732/79 (quintos), durante o período de 1º.5 a 3.12.91, em decorrência do abono provisório deferido à f. 25, tornado sem efeito;

b) elabore, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, demonstrativo dos proventos decorrentes da concessão da aposentadoria (atos de fs. 12 e 13), visto que o anteriormente expedido (f. 16) foi tornado sem efeito, ficando em aberto o período anterior à revisão;

c) preste esclarecimentos e/ou justificativas sobre o atendimento, ou não, do compromisso assumido pela interessada, quando do deferimento da última renovação do afastamento para frequentar curso de “Mestrado em Educação” na Fundação Getúlio Vargas, conforme noticiado à f. 43-**in fine** (Res. 2404/88, de 27.7.88).

Brasília-DF, em 29 de abril de 1997

**OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA**  
Auditor-Relator